

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MARCIELE GUIMARÃES FAGUNDES

EDUCAÇÃO ÉTICA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

CURITIBA  
2015

MARCIELE GUIMARÃES FAGUNDES

EDUCAÇÃO ÉTICA NA SOCIEDADE E NA ESCOLA

Monografia apresentada como requisito parcial  
para conclusão do Curso de Especialização em  
Filosofia da Educação: Ética, Política e Educação,  
da Universidade Federal do Paraná - UFPR

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karen Franklin da Silva

CURITIBA  
2015

*“Sem educação não podemos viver bem”*

Matthew Lipman

## RESUMO

Busca-se na Filosofia embasamento para a educação ética, já que pais e professores encontram dificuldade neste aspecto e atitudes não-éticas são cada vez mais observadas. Como apoio ao tema, o presente estudo traz conceitos e significados referentes a educação, ética, moral, valores, dialética, disciplina e caráter. Tomando-se que família e sociedade são corresponsáveis, inclusive legalmente, na educação das crianças, que as crianças não nascem com virtudes e que a educação ética inicia na família, onde se recebem as primeiras noções de valores morais e onde se forma o caráter, família e escola deveriam assumir juntas o papel de educar com base nas virtudes. Como a única instituição que permaneceu como meio educativo e de acesso garantido por lei e que à escola foi transferido o papel de instituição formadora de cidadania, além de desenvolver conhecimentos e habilidades, tem-se um problema a discutir sobre formação ética e cidadania. Assim, o ensino da ética nas escolas deve incluir ensinamentos filosóficos, por meio de exemplos, reflexão moral e educação completa, pois ela visa a formação de humanos bons. Para facilitar a atuação dos professores na formação ética das crianças, apresenta-se o programa de filosofia para crianças de Lipman, que supõe que a deficiência da educação seja a falta de habilidades de pensamento crítico e propõe a educação para o pensar e o ensino da ética via 'comunidade de investigação' e experimentação em grupo, com reflexões sobre a situação dos indivíduos no mundo, apreciação de valores e critérios para emissão de juízos.

Palavras-Chave: ética, ensino, crianças, filosofia para crianças.

## **ABSTRACT**

Basis for ethics education is sought in philosophy, as parents and teachers have difficulty in this regard and unethical attitudes are increasingly observed. In support of the theme, this study brings concepts relating to education, ethics, morals, values, dialectic, discipline and character. Giving that family and society share responsibility, including legal, in educating children, that children are not born with virtues and ethics education starts in the family, where they receive the first notions of moral values and where they form their character, family and school should take together the role of educating based on virtues. As the only institution that remained educational environment and guaranteed access by law and that the school was transferred the role of educational institution citizenship, and develop knowledge and skills, there is a problem to discuss about ethics training and citizenship. Thus, the ethics of teaching in schools should include philosophical teachings, by example, moral reflection and complete education, as it aims to form good human. To facilitate teachers work in ethical education of children, it presents the Lipmanphilosophy program for children, assuming that education deficiency is the lack of critical thinking skills and proposes education for thinking and teaching ethics through 'research community' and group trial, with reflections on the situation of individuals in the world, appreciation of values and criteria for issuing judgments.

Keywords: ethics, education, children, philosophy for children.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO .....	6
2	CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO ÉTICA.....	8
3	EDUCAÇÃO ÉTICA NA SOCIEDADE .....	13
4	EDUCAÇÃO ÉTICA NA ESCOLA.....	16
5	EDUCAÇÃO ÉTICA SOB O PROGRAMA DE MATTHEW LIPMAN. ....	18
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	24
	REFERÊNCIAS.....	26

## 1 INTRODUÇÃO

Este trabalho tem objetivo de encontrar na Filosofia conceitos e ferramentas para a educação ética de crianças e adolescentes. Percebe-se grande dificuldade de pais e professores quanto ao ensino da ética (MALHEIRO, 2008; LINS *et al*, 2007), incluindo valores, respeito e limites, paracrianças e adolescentes. Na tentativa de não reprimir as crianças, observa-se uma inversão de papéis, pois aqueles que deveriam ser educados acabam por tomar as decisões no lugar daqueles que seriam seus responsáveis e evidenciam-se mais comportamentos denominados como “imposição de desejos” e demonstrações de desrespeito. (CARVALHO,2011).

Atitudes não éticas na sociedade se evidenciam, por exemplo, na forma de violência, egoísmo, corrupção, falta de solidariedade. Desse modo, questiona-se como o ensino da ética poderá contribuir para que as relações em sociedade possam se tornar mais autênticas e humanas. Compreende-se que as estratégias dialéticas do discurso são fundamentais nesse processo. Para esse processo de reflexão, são buscados alguns autores de referência, tais como Kant, com sua discussão a respeito de moral, ética e disciplina, e Lipman, com sua filosofia para crianças.

Matthew Lipman descreveu um programa de educação em que a Filosofia deveria ser ensinada desde o início da escolarização, para que crianças adquiram uma melhor capacidade de pensar, formular argumentos e aprender ética. O objetivo do programa é desenvolver nos alunos o pensamento crítico por meio do diálogo prático (NOGUEIRA; SANTOS, 2011). Cada cultura possui uma moral, seus valores de bem ou mal, e a ética é a filosofia da moral, ou seja, uma reflexão sobre os valores morais (CHAUÍ, 2005).

Entende-se que o déficit na educação é o ensino de habilidades de pensamento, algo a que professores não estão preparados, apesar de sua competência no ensino de sua matéria. Sendo a Filosofia uma disciplina que tem por igual sua forma e sua pedagogia, serve de modelo para o processo educacional, auxiliando as demais disciplinas (LIPMAN, 1990). Promove o pensamento nas, sobre e entre as disciplinas, ao ensinar aspectos genéricos, revelar aspectos

metodológicos e impedir provincianismos ligados ao raciocínio específico de determinadas disciplinas (LIPMAN, 1995). Além disso, é improvável que se envolvam as crianças em investigação ética fora da filosofia, já que a ética é parte da filosofia e de nenhuma outra disciplina (LIPMAN, 1990).

Então, “por que não ensinar a pensar?” Com essa questão, Lipman (1995, p.45) levanta questionamentos já realizados por ele mesmo, previamente. O raciocínio da maioria das crianças possui uma eficácia de apenas três quartos do total. Na lógica de Lipman, as habilidades de pensamento devem ser ensinadas, mas num contexto humanístico, a fim de que as habilidades não sejam mal-empregadas e que se permita a formação de sujeitos éticos.

Aprende-se mais daquilo que é mostrado, observando e experimentando, e menos do que é ouvido. Ou seja, os adultos devem ser mais exemplares e menos oradores. Crianças geralmente aprendem com os comportamentos demonstrados pelos adultos, sejam estes pais ou educadores, e agem conforme estes modelos, já que algo realizado por um adulto parece servir de exemplo e pode ser apropriado pela criança (LIPMAN, 1990). Nesse sentido, o processo educativo, segundo Lipman, é principalmente construído através de exemplos e pela experiência de cada um, que deve ser racionalizado, em condições favoráveis, para concretizar-se no caráter.

As ações humanas têm consequências na sociedade e as pessoas precisam ser livres e responsáveis por seus atos, se as consequências puderem ser previstas. E isto é tratado pela ética, que entende a relação entre a vontade e a obrigação (PEQUENO, 2007). Neste sentido, faz-se necessário compreender a formação cidadã das crianças, tendo por fundamento a educação ética, a qual deve envolver papéis familiares, comunidade e o Estado. Além disso, cabe a este trabalho descrever o exemplo de Lipman, com seu Programa de Filosofia para Crianças, como uma proposta de educação ética na escola.

## 2 CONCEITOS FUNDAMENTAIS DA EDUCAÇÃO ÉTICA

Uma educação ética contribui para a formação do indivíduo e impõe alguns desafios. Essa educação exige que, além de serem ensinados conceitos e valores que incluem “cidadania, crítica, democracia, solidariedade e respeito” (SOUSA, 2011, p.10), os envolvidos experienciem juntos tais valores e desenvolvam a capacidade de reconhecer diferenças culturais e individuais, de distinguir limites e de lidar com eventuais conflitos originados dessas diferenças.

Para melhor apropriação do tema em estudo, valem-se alguns conceitos, especialmente aqueles condizentes com educação, ética, moral, valores, dialética, disciplina e caráter, que são fundamentais a serem compreendidos em seu sentido e utilização, seja no uso comum dos termos, seja nas diretrizes da educação. Neste trabalho, apresentam-se os conceitos como comumente são entendidos pelo senso comum, pois é neste espectro intelectual e conceitual que a escola trabalha e compreende o problema da formação ética.

Tratando-se propriamente de educação, esta se refere ao “processo de desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral do ser humano” (AURÉLIO, 2004, p.334). A educação tem o intuito de desenvolver as virtudes, já que a prática das virtudes, o seu treinamento, segundo Aristóteles (1991, D.L. 5, 18), é que torna uma pessoa virtuosa. Rousseau (1999, p.8) afirma que “tudo o que não temos ao nascer, e de que precisamos quando grandes nos é dado pela educação”, o que a torna primordial. A educação visa formar com o fim de gerar autonomia, de mais tarde tornar o aprendiz independente de seu instrutor (ZATTI, 2007) e, se adquirir autonomia capaz de escrever ou ler o que desejar com competência, ou seja, a educação promoveu sua emancipação (RODRIGUES, 2001). Até o momento, contudo, a educação escolar se mostra insuficiente. Se a educação visa formar para a autonomia, deve incluir a formação ética (ZATTI, 2007), sem se limitar à aquisição de conhecimentos, pois deve possuir a amplitude de formar bons cidadãos.

Amplamente discutidos pela Filosofia são os termos ética e moral, os quais podem se confundir entre si, pois possuem a mesma semântica. Ética, um termo de origem grega, é o “conjunto de normas e princípios que norteiam a boa conduta do

ser humano” e moral, termo de origem latina, é o “conjunto de regras de conduta ou hábitos julgados válidos, quer universalmente, quer para grupo ou pessoa determinada” (AURÉLIO, 2004, pp.383 e 563); na moral, as regras são dependentes dos costumes e de uma cultura, porém, a ética pode questionar a moral vigente. Em Kant, moral é a parte racional da ética e ética é a ciência da liberdade (KANT, 2009), uma liberdade condizente com o bem-estar dos sujeitos envolvidos.

Pensando-se em formação ética e, como não existe naturalmente a bondade (esta não nasce com o ser humano), segundo Kant, é preciso que as pessoas se submetam ao dever (obedecer racionalmente a princípios) e que não tratem outros seres humanos como meio para atingir seus objetivos (KANT apud CAMPOS *et al*, 2002). Kant trata moral como deveres, ou seja, em como se deve agir perante os demais, respeitando-se a qualidade de vida de outros, porém, a ética se relaciona com os conceitos de “vida boa”, ou seja, aquela que vale a pena ser vivida (LA TAILLE, 2007), pois se refere àqueles princípios que regem a vida. Para Kant, a lei moral é uma lei universal e uma ação terá valor moral se a lei moral for determinada pela vontade do indivíduo (KANT, 2002). No entanto, pode-se perceber que, para Platão (2004), uma pessoa boa e justa tende a agir conforme os princípios éticos que podem ser vividos a partir da compreensão do que seja a “vida boa”. Tais conceitos de ética e moral precisam ser levados em conta, a fim de se promover a educação ética, já que a moral implica a ética para ser repensada (PEDRO, 2014).

Para Aristóteles (1991), em “Ética a Nicômaco”, a ética visa o bem comum e tem a felicidade como finalidade, tratando-se esta felicidade não dos prazeres, mas de uma vida virtuosa. A felicidade é o fim de todo conhecimento e de todo trabalho, sendo que ser feliz é o bem agir e o bem viver (ARISTÓTELES, 1991). O ser humano é capaz de aumentar sua felicidade se buscá-la por meio da razão, pois essa felicidade não deveria ser somente individual, mas coletiva, evidenciando-se que não se podem separar razão e moralidade (LIPMAN, 1990). Nesse sentido, a moral é descrita por Aristóteles (1991) como virtude moral, que não aparece num indivíduo com seu nascimento, não vem de sua natureza e nem contra a natureza, ela é sim apreendida e adquirida através do hábito. Refere que, por natureza, somos adaptados a exercer as virtudes, as quais podem melhorar com o exercício. Neste caso, aprende-se fazendo e somente praticando atos justos, pois, segundo os autores, seria a única forma de tornar-se justo. Neste sentido, a felicidade se

relaciona às atividades virtuosas, pois seria fomentada pela capacidade de ações justas. Neste mesmo sentido, compreende-se a moral, pois mesmo sendo dependente de seu contexto (VÁSQUEZ, 2008), ela, além de cumprir uma função social, é a forma com que o indivíduo se mescla ao comportamento da vida em sociedade. Assim, parece que a felicidade é objetivada pela ética. A relação entre a ética e as virtudes estão expressas na concepção de Aristóteles.

Relacionados à ética e à moral, estão também os valores que se atribuem às ações, cujo conceito denota o 'bom', o que se considera adequado, e o 'mal', o que se considera inadequado. Sua etimologia traz a ideia daquilo que vale ou que tem merecimento ou, ainda, de força ou poder de algo sobre a consciência de alguém (PEDRO, 2015). Tem como seu conceito filosófico o "caráter dos seres pelo qual são mais ou menos desejados ou estimados por uma pessoa ou grupo" (CONSTANTINO, 2009, p.64). Nesse sentido, o valor, sob o ponto de vista da moral, tem uma natureza mais prática, pois é referente ao contexto social, e o valor para a ética, tem caráter mais reflexivo, permitindo discussão daquilo que se tem como usual (PEDRO, 2015). Ética e moral são os maiores valores do homem livre. No entanto, mesmo sendo um dos maiores valores humanos é preciso exercitá-los dentro de regras e condutas, pois estas são necessárias para uma boa convivência em sociedade. As atitudes das pessoas, suas condutas perante os demais, são afetadas por seus valores e parece ser esse o alvo de uma educação ética.

A mesma necessidade de esclarecer os valores morais tem-se de esclarecer o sentido de dialética, pois compreende-se que é apenas pelo exercício dialético que a construção dos valores se efetiva. Um grande desafio para a educação é o diálogo e o desenvolvimento da capacidade argumentativa e, para ensinar a pensar, é necessária a dialética, um processo de diálogo que favorece a construção comum de conhecimento e do caráter do indivíduo (AHLERT, 2007). A dialética é outra palavra de origem grega que, na Grécia Antiga, significava a arte do diálogo. Tal diálogo tinha como objetivo chegar à verdade através da reflexão sobre as contradições da realidade. Hoje pode-se compreender dialética como uma argumentação ligada a uma tese, que por meio de diálogo busca definir e distinguir os conceitos e termos de uma discussão (KONDER, 1990). A dialética se caracteriza por: contradição (que provoca diálogo e formação de consenso), totalidade (sem a visão do todo, não é possível compreender as partes), simultaneidade (tudo ao

mesmo tempo, sem saber onde começa ou termina algo), criticidade (estrutura de afirmar, negar a afirmação e negar a negação) e ausência de hierarquia (em que tudo é importante, fomentando a igualdade)(SOUZA, 2003), aspectos importantes a uma educação que favoreça o pensar.

No entanto, para que o exercício dialético possa se realizar, é preciso haver critérios e atitudes dos sujeitos. Pode-se compreender que, para um diálogo que busque objetivar o conhecimento, é preciso também disciplina. Uma educação para o pensar não rejeita a promoção de disciplina. A compreensão do que seja disciplina, por sua vez, pode ser considerada, à primeira vista, como questão doutrinária, já que muitas vezes é relacionada à obediência. Contudo, conforme Pinheiro (1996), é percebida como condição necessária para facilitar o alcance dos objetivos da educação e do desenvolvimento humano, pois pode ser descrita como “o que impede ao homem de desviar-se do seu destino, de desviar-se da humanidade, através das suas inclinações animais”(KANT *apud* PINHEIRO, 1996, p1). Além disso, a tal obediência da disciplina não deve ser nem cega nem impulsiva, mas a compreensão de que regras devem ser respeitadas e seguidas, de modo que as pessoas ajam organizada e refletidamente.

Por fim, a construção do caráter dos indivíduos está relacionada com todos os termos já mencionados e necessita de inúmeras atividades do espírito, sendo que a psicológica e comportamental são as estruturas primordiais dessa conquista. Desse modo, quando há referência ao caráter de alguém, que pode ser descrito como uma característica habitual do indivíduo que expressa uma constituição psicológica inata, formada ao longo da história desse indivíduo e passível de modificação mediante esforço educativo (CANTO-SPERBER, 2003), se está falando na própria constituição do indivíduo, ou seja, como ele se apresenta aos outros. O caráter modela os pensamentos, o raciocínio, os desejos, as atitudes e os sentimentos de alguém. Para a Filosofia, o caráter moral é um conjunto de disposições para a ação que, por dever, e não por inclinação, compreende fazer o bem (KANT, 1980). A educação com base na ética pode, então, bem moldar o caráter.

Tomando por base tais conceituações, permite-se melhor refletir sobre a importante questão de educar eticamente as crianças em benefício da formação do seu caráter, o que ocorre temporalmente na primeira infância. Nessa fase da vida, a criança observa e é estimulada por exemplos e ensinamentos em sua relação com

adultos, desde os membros de sua família até os membros da comunidade e da escola.

### 3 EDUCAÇÃO ÉTICA NA SOCIEDADE

A compreensão de educação de forma geral e, conforme a Constituição Federal, artigo 205, (BRASIL, 1988), é um direito de todos e dever do Estado e da família. Essa mesma compreensão de educação como direito é expressa no Código Civil, artigo 384, inciso I, (BRASIL, 2002), como de competência dos pais, enquanto titulares do pátrio poder, independentemente de seu estado civil, o ato de criar e educar seus filhos é um dever dos pais. Este “educar” objetiva passar e provocar conhecimentos, valores e habilidades, para o filho enfrentar seus desafios cotidianos. Certamente aqui encontram-se explicitamente os deveres e direitos de um cidadão em educar-se, mas não estão expressos qual é o ‘tipo’ de educação que tais pais ou o Estado deveria promover.

Sendo a comunidade o contexto base para o crescimento e desenvolvimento do ser humano, tem importância fundamental para a educação – ética, inclusive – de seus componentes. A educação, considerada direito de todos e dever do Estado e da família, deve ser promovida e incentivada com a colaboração da sociedade (IPAE, 2010). Uma série de condições, inclusive a educação das crianças e dos adolescentes, são deveres compartilhados, conforme determina a Constituição Federal, em seu art. 227(BRASIL, 1988):

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

A família e a sociedade são corresponsáveis pela educação de crianças e adolescentes e, já que é na família onde se recebem as primeiras noções de valores morais e onde se forma o caráter (FERREIRA, 2011), não se deve depositar somente na escola a obrigação pela educação e pelo ensino de moral e ética, a favor de um bom convívio social. Inclusive, ética não exige coerção estatal para ser (DIAS, 2007). Torna-se importante produzir condições favoráveis à formação do caráter, principalmente (mas não somente) pela família. O caráter se molda na participação naquilo em que alguém se envolve. Para que as crianças sejam responsáveis quando adultas, é preciso fazer a transição entre o direito e os deveres

de cidadania, pois apenas assim que as respectivas responsabilidades em cada estágio de suas vidas serão promovidas pelos agentes que as educam.

Para se promover uma educação ética, faz-se necessário o ensino de valores. Os valores se originam nas relações entre seres humanos e entre estes e o mundo onde vivem, sendo parcialmente herdados da cultura e da comunidade, variando conforme a época e o lugar (ARANHA, 1997). Portanto, a educação ética também possui uma diversidade de fontes, inicia-se na família e na localidade e no contexto onde está inserida, e passa a receber influências externas, de acordo com suas relações humanas, ambientais e globais correntes.

O artigo 4º da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2012), também cita o direito à educação como devendo ser assegurado pela família, pela comunidade, pela sociedade em geral e pelo poder público. Mesmo com tais definições em Lei, cabe o questionamento quanto à educação estar sendo efetivamente assegurada. E, na atualidade, em que o princípio da felicidade deveria ser substituído pelo princípio da responsabilidade, inclui-se a ética dentre as necessidades fundamentais, sendo uma necessidade, sem a qual a humanidade sucumbiria, pela existência de melhor convivência entre os homens e entre as nações. (ROBLES, 2005). A ética é necessária para se sobreviver dentre as dificuldades sociais e educacionais, segundo Malheiro (2008, p.27), que constata que “a grande maioria dos alunos não recebe educação ética/moral de qualidade”. O autor considera isto uma violência moral e afirma que família e escola devem assumir juntas o papel de educar nas virtudes, que são a prudência, a justiça, a fortaleza e a temperança.

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 2012), a oferta educativa, que é dever dos pais, se limita pelo respeito à liberdade e dignidade da criança e do adolescente (ECA, art. 3º), sendo que, se educar também é corrigir para afastar o erro, a correção não pode violar outros direitos fundamentais das crianças, como a integridade física ou a saúde do filho, evitando maus-tratos ou lesões corporais (PAULA, 1995), comprometer-se com a correção é comprometer-se com atitudes que ensinam limites e respeito ao próximo. Mesmo Platão (2004) orientava não usar de violência para educar as crianças, sugeria que seus responsáveis e educadores agissem de modo que pudessem aprender brincando, para serem mais facilmente percebidas as tendências naturais dessas crianças. A

educação, além disso, deve ser protegida da violência causada pelas deformações éticas causadas pelos meios de comunicação, a que a sociedade está cada vez mais exposta. (MALHEIRO, 2008)

Para Kant, conforme Paulo-Neto (2012), a educação possui três estágios: cuidado, disciplina e instrução. Os cuidados são para preservação da vida, envolvendo preocupações dos pais, de alimentação e subsistência, e também para que os filhos não utilizem suas capacidades físicas e intelectuais de forma inadequada. Numa segunda fase, cuja maior responsabilidade é dos educadores, os cuidados passam a instrução e formação do caráter, em que se relacionam disciplina e instrução. A disciplina transforma a criança em um ser racional que age segundo a moral e restringe impulsos individuais, de natureza animal; e a instrução incentiva a cultura de qualidades e talentos do educando. A natureza humana tem como seu último estágio de desenvolvimento a realização da moralidade ou a perfeição moral da espécie humana.

Nesse processo de desenvolvimento, crianças em formação podem ser educadas para a verdadeira liberdade de pensar, fazendo reflexões (ligadas à competência da ética) e por meio de exemplos e atitudes (de pais e educadores). Crianças não nascem com virtudes, estas são adquiridas por meio da prática e da experiência, ou seja, é com o tempo que o processo se consolida, até se tornarem hábito. (ARISTÓTELES, L.II - 1, 1991).

Contudo, a grande preocupação atual é a de que as famílias, em que os pais seriam inicialmente os formadores do ser humano, demonstram cada vez mais relações desestruturadas entre seus membros e têm perdido sua hegemonia educativa. Percebe-se a ausência cada vez maior dos pais na vida de seus filhos, a Igreja também não se porta mais como uma instituição capaz de dar direção moral e comunidades têm desaparecido em novas formas de organização da vida coletiva (RODRIGUES, 2001). Buscar a reflexão sobre a educação ética permite valorizar uma educação que ultrapassa o meio escolar, pois reconecta as pessoas ao sentido da vida e ao seu contexto, compreendendo a importância de apoiar a sociedade por meio de boas ações. Nesse sentido, a educação ética na própria sociedade deve beneficiar a vida coletiva. Contudo, um complexo desafio pode se apresentar, caso a educação para o pensar dependa da reorganização da sociedade para então se estabelecer.

#### 4 EDUCAÇÃO ÉTICA NA ESCOLA

Conforme Rodrigues (2001), a única instituição que se mantém presente como meio educativo na contemporaneidade é a escola. Então, a ela tem sido transferido o papel, outrora não dela, de instituição formadora dos seres humanos, incluindo o papel que era anteriormente das famílias, das comunidades, das igrejas e o seu próprio, de desenvolver conhecimentos e habilidades. A sociedade vem enfrentando uma crise moral, em que violência, corrupção e descrença nas instituições tem aumentado. A escola, dentro de sua responsabilidade assumida pela formação do cidadão, precisa trabalhar com seus alunos respeito e senso crítico, brindando a sociedade com a formação de cidadãos plenos. (SAPIENZA, 2008)

No Brasil, a Constituição Federal corrobora com esta transferência de responsabilidades e promove maior vínculo infantil às escolas. Consta no artigo 54 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (BRASIL, 2012), ser “dever do Estado assegurar à criança e ao adolescente: I – ensino fundamental, obrigatório e gratuito, inclusive para os que a ele não tiveram acesso na idade própria; II – progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio”. Portanto, o Estado obriga que crianças e adolescentes estejam vinculados aos serviços de ensino e garante que tenham acesso aos ensinos fundamental e médio.

Garante-se, ao menos legalmente, acesso ao ensino, mas, a partir daí, é preciso pensar em qualidade, em uma formação completa. Pode-se afirmar que “o acesso a conhecimentos e habilidades constitui parte do processo de formação humana, mas não deve ser confundido com a totalidade do processo” (RODRIGUES, 2001, p.232). O educador, por sua vez, tem a função de ser um guia ou orientador para o estudante, para que, no futuro, este possa agir de forma autônoma (PAULO-NETO, 2012). Para que a educação seja completa, o ser humano deve receber formação para cooperação, solidariedade, aceitação do outro, noção de limites e de dever, o que se entende por formação e desenvolvimento dos princípios da ética e da moral. (RODRIGUES, 2001)

Quanto à educação básica, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) nº 9394/96 orienta “a difusão de valores fundamentais ao interesse social,

aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e à ordem democrática e [...] a formação de atitudes e valores” (Cap. II, Seção I, arts. 26º e 27º). Isto denota preocupação em se formar um cidadão ético, por meio da orientação escolar básica, sendo que, para tanto, a ética deve ser ensinada nas escolas (SOUZA, 2012).

O ensino da ética nas escolas deve incluir ensinamentos filosóficos, pois compreende-se que a ética é uma área da Filosofia. No entanto, tais ensinamentos deveriam ser transmitidos na forma de exemplos, a fim de que se compreendam os princípios gerais das ações e de seus autores, a partir dos primeiros anos do ensino fundamental. Como indica Aristóteles (L.II, C.6, 1991), em sua “Ética a Nicômaco”, a condição de algo ser bom é a de que cumpra bem sua função, sendo assim, já que a função humana exclusiva é a de viver conforme a razão, humanos mais racionais (em sua maneira de viver) merecem mais ser chamados de bons. Nesse sentido, o que se deseja com uma educação ética é a formação de seres humanos bons, adquirida por meio de reflexão moral e da educação completa.

Estas ideias se relacionam fortemente à ética, que pode ser aprendida com base na lei moral e na busca da felicidade coletiva. Assim, a educação ética compreende também a possibilidade de ensinar valores, discutir os conceitos de bom e mal, bem como compreender como os atos individuais refletem na sociedade. Assim, fica claro que na educação ética é fundamental a educação de valores, pois é importante ensinar os estudantes a reconhecerem aquilo que poderia ser estimado (algo que parece ter valor), promovendo o desenvolvimento de bem julgar, (LIPMAN, 1990), a fim de formar bons cidadãos.

## 5 EDUCAÇÃO ÉTICA SOB O PROGRAMA DE MATTHEW LIPMAN.

Pensando-se na dificuldade em se aprimorar a educação ética nas escolas, sugere-se que as atividades do programa de filosofia de Lipman para as crianças possa ser um caminho viável. Matthew Lipman propôs uma metodologia de ensino para crianças, incluindo a educação ética a ser promovida dentro das escolas. Esse programa pode ser aplicado como uma ferramenta que facilite a atuação dos professores na formação ética das crianças, algo ainda bastante insuficiente na realidade da educação.

Lipman (1990) supõe que a deficiência da educação seja a falta de habilidades de pensamento necessárias para se aprender as matérias ensinadas nas escolas (saber pensar a matéria e não apenas decorar conteúdos) e afirma que professores também não foram preparados para ensinar essas habilidades de pensamento e, logo, não conseguiriam ensinar aquilo que não aprenderam. Para estas finalidades educacionais, são requeridas as habilidades de raciocínio, investigação, formação de conceitos e interpretação, sendo que esta última inclui as capacidades de fazer distinções, conexões, descrições e explicações. A disciplina com capacidade de preparar a pensar nas outras disciplinas (ou de pensar melhor) é a filosofia. Citando Colingwood, Lipman (1990) declara que a filosofia melhora as habilidades de raciocínio, investigação e formação de conceitos, estimulando as pessoas a questionar e refletir. Dentro disso, vem a educação para os valores, cuja área mais crucial é a ética, um dos principais ramos da Filosofia. Esta educação objetiva formação de cidadania, não somente para preparar alunos para tomada de decisão, mas para reduzir crises sociais ou melhor contorná-las, como uma medida preventiva ao crime e ao vício.

A filosofia, composta das subdisciplinas epistemologia, metafísica, estética, lógica etc., preocupada com “conceitos contestáveis” e “atraída pelo problemático”, precisa sair da universidade e se tornar uma matéria de escola primária, já que sua forma dialética é igual à sua pedagogia. Além disso, filosofia e crianças pequenas podem bem se aliar, já que ambos começam com o assombro. Lipman afirma que, se a filosofia começa com o assombro, pode surgir com diálogo reflexivo para enriquecer e melhor compreender as vivências, inicialmente sob mediação, sendo possível que, com o apoio da literatura, se aproximem mais o assombro da reflexão,

esta do diálogo e este da experiência (KOHAN, 2000). A ética, como área da Filosofia, pode ser ensinada desta mesma maneira, por meio de diálogo e experiência.

Para instruir pessoas a desenvolver sua habilidade de pensar criticamente e, assim, serem capazes de discutir racionalmente temas filosóficos (SILVEIRA, 2001), Lipman desenvolveu o Programa de Filosofia para Crianças e um currículo para os Ensinos Fundamental e Médio. Seu Programa inclui materiais didáticos tanto para preparar os professores quanto para aplicar às crianças e adolescentes. Os materiais, criados para uma “educação para o pensar”, contêm livros de leitura para alunos, os chamados romances ou novelas filosóficas, e manuais para instrução dos professores, cada qual com histórias para uma faixa etária ou grau de escolaridade dos alunos (SILVEIRA, 2001). O interessante para o aprendiz não é a história em si, mas sua utilização como forma de as crianças questionarem valores (que se relacionam à ética e à moral) da sociedade.

Ensinar crianças e adolescentes sobre responsabilidade e tomada de decisões requer autoridade adequada, disciplina, demonstração de exemplos vivenciais e atitudes. Contudo, com a mudança da sociedade, os mais velhos estão cada vez menos seguros, e com muitas dúvidas, em dar educação moral aos mais novos e as escolas não se sentem prontas a fornecer a seus alunos os valores pessoais que seriam de responsabilidade dos pais (LIPMAN, 1990). Pensando nessas limitações, Lipman desenvolveu seu programa incluindo no material de ensino instrução direcionada aos professores de como ministrarem os temas, já que os professores em geral não estão formados para modificar seu método de ensino, prevenindo que a responsabilidade não seja jogada para as próprias crianças.

Os manuais de instrução para professores acompanham os romances e trazem orientações metodológicas e diversas sugestões de atividades a serem realizadas com as crianças, com planos de discussão e exercícios, sem incluir respostas às perguntas propostas. A finalidade é ajudar os alunos a desenvolver conceitos e fazer conexões e distinções necessárias, enquanto eles conversam de modo organizado e disciplinado, o que aprimora suas habilidades de pensamento. (SILVEIRA, 2001; LIPMAN, 1990; KOHAN, 2000).

Além disso, o programa de filosofia para crianças exige que o professor possua um papel de instrutor, de facilitador e orientador das discussões, e não de detentor da informação ou das respostas, assim acompanhando e vigiando o desempenho lógico dos alunos. Professor e alunos se tornam, com isso, co-investigadores, num modelo denominado Comunidade de Investigação (SILVEIRA, 2001). Aprendendo e investigando em comunidade, facilita-se o entendimento de que a ética pode ser aprendida com base na experiência em grupo, diferente do modelo individual.

Acreditando que habilidades cognitivas deveriam ser estimuladas desde os primeiros anos escolares para um melhor raciocínio dos alunos, Lipman construiu essa proposta de ensino de filosofia para crianças (SILVEIRA, 2001). Seu programa inclui a investigação ética nas escolas, com a preocupação de que os professores não entreguem teorias éticas acabadas, doutrinárias, e nem promovam o relativismo de valores, mas trabalhem com a metodologia de investigação, por meio do diálogo cooperativo e disciplinado entre os alunos (SILVEIRA, 2001). Tal raciocínio pode ser tomado também com relação aos ideais que norteiam uma sociedade democrática, como liberdade e justiça, os quais não podem ser apresentados como conceitos acabados e sim como abertos e contestáveis, propiciando discussão e clarificação, a fim de serem buscados na sociedade e não simplesmente invocados e, com isso, ignorados. Bons cidadãos, portanto, são cidadãos reflexivos e procuram pela concretização dos verdadeiros ideais. (LIPMAN, 1990).

Crianças, em sua maioria, entram nas escolas curiosas e querendo muito aprender, mas, com o passar do tempo dentro do sistema educacional, vão perdendo o entusiasmo e se tornando mais apáticas e desesperançosas, perdendo a motivação para a aprendizagem. Para os alunos continuarem tendo esperança (e, com isso, motivação), eles precisam experimentar a vivência em um ambiente de respeito mútuo, diálogo disciplinado e investigação cooperativa, livre de arbitrariedade e manipulação, o que poderia acontecer numa sala de aula, num modelo de conversação disciplinada, já que crianças adoram falar (LIPMAN, 1990). Seguindo a ideia de aprendizado vivencial, uma dimensão ética da educação para a autonomia é a corporeificação da palavra, por meio do exemplo do educador. Não adianta o professor discursar sobre criticidade, democracia e pensamento autônomo, se a prática não for condizente, sem diálogo, vertical, mecânica. A ação

torna viva a palavra, não a prática puramente descritiva. Os professores devem demonstrar uma prática autônoma, pois isso é essencial para uma educação que vise a autonomia, o que supõe respeito às diferenças e rejeição à discriminação, bem como estar aberto à comunicação com o outro, gerando um pensamento correto, que é coparticipativo e dialógico. (ZATTI, 2007)

O ensino de valores, cuja área mais crucial é a ética, considerada a teoria da conduta moral, não deve ocorrer num ambiente competitivo ou individualista, nem com um raciocínio sofisticado, mas sim onde houver um contexto cooperativo e comunitário. Nesta metodologia, devem ser oferecidas às crianças ferramentas de reflexão, em que a metodologia envolva desenvolvimento de autocrítica e autocorreção. Assim, o professor deve promover uma educação comprometida, sem fornecer teorias éticas acabadas pelas quais as crianças teriam que se conduzir. Aqui pode surgir a preocupação de que, sem uma condução rígida, as crianças precisariam decidir sobre quais teorias éticas irão direcionar suas vidas, dependendo de intensa autocrítica. Porém, parece que o Programa busca desenvolver nas crianças capacidades de reflexão que avaliem tais teorias.

Nesse sentido, a educação de valores que objetiva também a formação de cidadania, deve promover o reconhecimento da possibilidade de algo ser valorizado, não basta acreditar nisso ou ter uma preferência irrefletida, é preciso submetê-lo a um exame de investigação e reflexão. Com isso, as crianças devem ser estimuladas a investigar os valores e ajudadas a fazer isso bem. E a educação de valores não pode se limitar à conduta pessoal, mas se estender a qualquer necessidade de julgamento do que é melhor ou pior (LIPMAN, 1990).

Apesar de as crianças nascerem com impulsos e tendências opostas, como generosidade e egoísmo ou possibilidade de amar ou odiar, conforme as reações da sociedade em que está inserida, de encorajar ou punir determinados impulsos, a criança aprende a agir conforme a aprovação da sociedade. O desafio seria evitar que adultos impusessem sua irracionalidade sobre as crianças, permitindo o pensamento próprio delas. As escolas, por sua vez, ambicionam meios de transformar seus alunos em cidadãos, mas temem os extremos tanto de parecer doutrinadoras (de impor seus valores) quanto de ser acusadas de relativizar os valores. Almejam saber como ter a capacidade de tornar seus alunos pessoas reflexivas, racionais e capazes de pensar por si mesmas (LIPMAN, 1990).

A preparação para as crianças se envolverem na prática moral racional requer o fornecimento de ferramentas e procedimentos de investigação ética. A fim de promover as habilidades de raciocínio das crianças, e sobre questões de valores ou na área da ética, Lipman(1990, pp.80-81) lista um inventário de habilidades de raciocínio:

1. Fazer inferência a partir de premissas isoladas;
2. Padronizar frases da linguagem comum;
3. Fazer inferências de premissas duplas;
4. Usar a lógica;
5. Trabalhar com a coerência e a contradição;
6. Saber como lidar com ambiguidades;
7. Formular questões;
8. Compreender conexões de parte-todo e todo-parte;
9. Dar razões;
10. Identificar suposições subjacentes;
11. Trabalhar com analogias;
12. Formular relações de causa e efeito;
13. Desenvolver conceitos;
14. Generalizar;
15. Fazer inferências de silogismos hipotéticos;
16. Habilidade em reconhecer e evitar – ou utilizar conscientemente – a imprecisão;
17. Levar em conta todas as considerações;
18. Reconhecer a interdependência de fins e meios;
19. Saber como lidar com “falácias informais”;
20. Operacionalizar conceitos;
21. Definir termos;
22. Identificar e usar critérios;
23. Apresentar exemplos concretos;
24. Construir hipóteses;
25. Contextualizar;
26. Antecipar, prever e estimar consequências;
27. Classificar e categorizar.

Tais habilidades seriam ensinadas por meio de uma conversação fictícia entre crianças, com o objetivo de treinar o raciocínio e a investigação, para facilitar o ensino da moral às crianças. O que foi listado está entre as principais habilidades de raciocínio e todas essas habilidades são necessárias para poder tratar dos problemas de valores. Como as mesmas habilidades de raciocínio podem ser usadas para valores e para outros temas, ao se melhorar o raciocínio sobre valores, haverá melhora também de suas habilidades para as demais questões educacionais. (LIPMAN, 1990).

Todavia, para envolver as crianças em discussões de conteúdo ético na sala de aula, não se deve ater a assuntos que os adultos pensam ser de relevância. As discussões devem concentrar temas que deixem as próprias crianças perplexas, em discussão filosófica, facilitando um interesse verdadeiro que permita o desenvolvimento do raciocínio moral das crianças, exigindo que elas sejam racionais. Tal racionalidade, aqui relacionada com a capacidade de dar boas razões aos pensamentos, prepara a criança para que, no futuro, quando adulta, sejam mais capazes de lidar com problemas ainda mais complexos (LIPMAN, 1990). Para abordagem específica da investigação ética em sala de aula, Lipman desenvolveu o material didático chamado “Luisa”, uma novela filosófica destinada a adolescentes de 12 a 15 anos de idade (KOHAN, 2000).

A investigação ética de “Luisa” se utiliza das seguintes habilidades de pensamento: ter visão de conjunto, antecipar consequências, procurar consistência, levantar hipóteses, dar e pedir boas razões, universalizar, considerar o contexto, desenvolver a empatia, detectar pressupostos valorativos, levar em conta a intenção, considerar a verdade e a falsidade. Seus assuntos, por sua vez, compreendem os seguintes: direitos humanos, direitos animais, justiça, bondade, reciprocidade, liberdade/determinismo, solidariedade, personalidade, beleza, roubo, mentira, drogas, competição, sexismo, etarismo, racismo, morte e tentações. (KOHAN, 2000)

Conforme o próprio Manual do Professor da novela “Luísa” (LIPMAN, 1998), as discussões sobre ética precisam ser cuidadosas, escrupulosas, rigorosas e disciplinadas, exigindo apresentação de argumentos de forma eficaz e coerente, o que depende da lógica, ferramenta poderosa para estabelecer o triunfo da razão na sociedade. O programa de investigação ética de Lipman envolve a prática de pensar e pensar por si mesmo, o que exige reflexões do indivíduo sobre sua própria situação no mundo, a apreciação dos próprios valores e da própria identidade. Isso deve compreender a busca de critérios confiáveis para que os juízos emitidos tenham apoio em alicerces firmes e sólidos.

Este programa pode ser um exemplo que busca o êxito nas relações humanas na escola, pois busca através do ensino de filosofia promover uma educação ética, que efetivamente promova valores interessantes para sua atuação como cidadãos em sua sociedade e na sociedade global. Assim, se fortalece o papel atual da escola, de ser mais do que reprodutora de conceitos e conhecimentos, cabe-lhe também empenhar-se para que as crianças tenham o direito de receber uma educação ética integral, que possa convergir os valores da família, da comunidade e os demais valores humanos, pois seu objetivo é formar uma sociedade mais ética.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ética, área mais crucial da filosofia para a educação de valores (refletidos), é considerada a teoria da conduta moral, aquela que aprecia a natureza da conduta humana como, por exemplo, positiva ou negativa. A educação ética se direciona à cidadania, com o objetivo de preparar os aprendizes não somente a tomar decisões, mas também a prevenir crises sociais ou melhor lidar com elas, o que demonstra sua importância. Este tema urge em nossa sociedade.

A educação ética é fundamental para a formação de cidadania, pois a ética “trata do comportamento do homem, da relação entre a sua vontade e a obrigação de seguir uma norma, do bem e do mal, do que é justo e injusto, da liberdade e da necessidade de respeitar o próximo” (PEQUENO, 2007, p.3). Conforme Lipman (1990), o ensino da ética às crianças requer que a elas se forneçam ferramentas de reflexão, num contexto de investigação, conforme um processo de autocrítica e autocorreção contínuas. Contudo, nem a sociedade nem as escolas parecem preparadas nem inclinadas para esta formação, necessária para uma formação completa, além do aprendizado de conhecimentos e habilidades. O aparente objetivo do ensino fundamental é manter crianças em instituições escolares e o do ensino médio, de aprovar alunos para o ensino superior.

Vale, pois, empoderar as famílias para que retomem seu papel educador primordial, com princípios e valores bem centrados em uma formação ética, pois são esses valores a base de uma formação ética integral. Conclui-se também que é preciso ensinar os professores a estimularem seus alunos à reflexão filosófica e ao diálogo, em prol do desenvolvimento de suas habilidades de pensamento, lembrando que a filosofia pode ensinar a habilidade de pensar melhor (LIPMAN, 1990). Para auxiliar esse processo, pode-se usar o exemplo do Programa de Filosofia para Crianças de Lipman, que visa promover habilidades de raciocínio sobre ética, moral e valores, com discussões que gerem perplexidade e raciocínio moral e permitam maior facilidade de lidar com problemas futuros.

Assim, compreende-se que os conceitos filosóficos podem ser ensinados, associadamente, na teoria e na prática, por meio de reflexão e vivência, bem como auxiliar no desenvolvimento do caráter das crianças. Além disso, compreende-se que

um alargamento no compromisso em ensinar ética na escola, por sua vez, estimula o pensamento crítico e promove reflexões sobre questões cotidianas, moral, valores e juízos, trazendo esperança de formação de bons cidadãos à sociedade. Espera-se que tanto a escola quanto a sociedade e os governos reúnam esta expectativa e tornem real esta possibilidade.

Bons cidadãos possuem orgulho de sua integridade e prezam a honestidade e não o temor de possíveis punições decorrentes da desonestidade. Contudo, crianças apenas se desenvolvem em humanos racionais, capazes de refletir, considerar e ponderar, caso se encontrem em famílias e sociedades que acolhem a racionalidade (LIPMAN, 1990). Isto sugere que a ideia de educação ética deve se estender não somente às crianças, na escola, já que o anseio maior é pela transformação de pessoas em bons cidadãos para a futura sociedade.

Infelizmente, nossa sociedade não tem demonstrado inclinações firmes em direção à ética, nem preocupações contundentes por uma educação completa. Em vez disso, há grandes evidências de corrupção em todas as camadas sociais, as escolas seguem princípios mais econômicos que acadêmicos, as universidades se baseiam especialmente em utopias inaplicáveis e os governos visivelmente perseguem o poder e pouco favorecem o que seria seu propósito, o bem geral da população. Os filhos desta pátria precisam urgentemente retomar a responsabilidade por seu território e promover real ordem e progresso.

## REFERÊNCIAS

AHLERT, Alvori. **Reflexões éticas e filosóficas sobre a educação escolar**. OEI: Revista Iberoamericana de Educación, 2007. (ISSN: 1681-5653)

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; MARTINS, Maria Helena Pires. **Temas de filosofia**. 2ª ed rev. São Paulo: Moderna, 1997.

ARISTÓTELES. **Ética a nicômaco**. Tradução de Leonel Vallandro e Gerd Bornheim da versão inglesa de W. D. Ross. São Paulo: Nova Cultural, 1991. (Os Pensadores v. II)

AURÉLIO, Buarque de Holanda Ferreira. **Miniaurélio: o minidicionário da língua portuguesa**. 6ª ed. Ver. Atualiz. Curitiba: Posigraf, 2004.

BRASIL. **Código Civil**. Lei 10.406, de 10 de janeiro de 2002. 1a ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

BRASIL. **Constituição (1988)**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente: lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata** [recurso eletrônico]. 9. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96**. Brasília: Senado Federal, 2005.

CAMPOS, Michele; GREIK, Michl; DO VALE, Taciane. **História da ética**. CienteFico, Salvador, ano II, 2002.

CANTO-SPERBER, Monique. **Dicionário de ética e filosofia moral**. Vol. 1. Tradução: Ana Maria Ribeiro-Althoff *et al.* São Leopoldo-RS: Unisinos, 2003.

CARVALHO, Mariza Bregola de. **Os filhos e as decisões familiares**. Curitiba: INTERCEF, 2011.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. 13ª Edição. São Paulo: Ática, 2005.

CONSTANTINO, Rodrigo. **Economia do indivíduo: o legado da escola austríaca**. São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2009.

DIAS, Maria Berenice. **A ética na jurisdição de família**. RBDC n.9, jan./jun. 2007.

FERREIRA, Maria del Carmen E. **Ética na Família, na Educação e seus Reflexos na Vida em Sociedade**. 5ª ed. Varginha, Rev. Cient. Aprender, dez. 2011. ISSN 1983-5450

IPAE. INSTITUTO DE PESQUISAS E ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO. **Cartilha dos direitos em educação**. Rio de Janeiro: IPAE, 2010.

KANT, Immanuel. **Crítica da razão prática**. Tradução com introdução e notas de Valério Rohden baseada na edição original de 1788. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação da metafísica dos costumes**. Tradução de Paulo Quintela da edição original de 1788. Lisboa: Edições 70, 2009.

\_\_\_\_\_. **Fundamentação da metafísica dos costumes e outros textos**. São Paulo: Abril Cultural, 1980.

KOHAN, Walter Omar; WUENSCH, Ana Míriam. **Filosofia para crianças: a tentativa pioneira de Matthew Lipman**. 3ª Edição. v. I. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KONDER, Leandro. **O que é dialética**. 25ª edição. Brasília: Brasiliense, 1990.

LA TAILLE, Yves de. **Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas**. Porto Alegre: Artmed, 2007.

LINS, Maria Judith Sucupira da Costa *et al.* **Avaliação da aprendizagem de ética em curso de formação de professores de Ensino Fundamental**. Ensaio: aval.pol.públ.Educ. [online]. 2007, vol.15, n.55, pp. 255-276. ISSN 0104-4036.

LIPMAN, Matthew. **A filosofia vai à escola**. Tradução de Maria Elice de Brzezinski Prestes e Lucia Maria Silva Kremer. 3ª. Edição. São Paulo: Summus, 1990. (Novas buscas em educação; v. 39).

\_\_\_\_\_. **O pensar na educação**. Petrópolis: Vozes, 1995.

\_\_\_\_\_. **Luísa: “investigação ética”: manual do professor**. Tradução Ana Luíza Fernandes Falcone; revisão e adaptação Denise de Carvalho Rocha Delela. São Paulo: Difusão de Educação e Cultura, 1998.

MALHEIRO, João. **A motivação ética no processo de ensino/aprendizagem na formação de professores do ensino fundamental** [tese]. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008.

NOGUEIRA, Edney Menezes; SANTOS, Patrícia Batista dos. **A filosofia para crianças: o programa de Matthew Lipman**. São Cristóvão-SE: Anais do V Colóquio Internacional “Educação e Contemporaneidade”, 2011. ISSN 1982-3657.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Deveres dos pais em relação à educação dos filhos**. Cap 14. *In*: Educação, Direito e Cidadania. Cadernos de Direito da Criança e do Adolescente, São Paulo: Editora Malheiros, p. 91-103, 1995.

PAULO-NETO, Alberto. **Educação, moralidade e cidadania na filosofia prática de Immanuel Kant: um estudo a partir da obra *über pädagogik***. Brasília: Pólemos, v.1 n.2, dez 2012.

- PEDRO, Ana Paula. **Ética, moral, axiologia e valores: confusões e ambiguidades em torno de um conceito comum.** *Kriterion*, Belo Horizonte, v.55, n.130, p. 483-498, Dec. 2014.
- PEQUENO, Marconi J. P. **Ética, educação e cidadania.** *In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy et al. (Org.). Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos.* v.1. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 2007.
- PINHEIRO, Celso de Moraes. **A disciplina na pedagogia de Kant.** *In: II Seminário Nacional de Filosofia e Educação*, 2006, Santa Maria. *II Seminário Nacional de Filosofia e Educação - Confluências (2): 2006. Anais[recurso eletrônico]/Artigos Completos.* Santa Maria: Editora FACOS-UFSM, 2006.
- PLATÃO. **A República.** Trad. Enrico Corvisieri. São Paulo: Nova Cultural, 2004.
- ROBLES, G. **Os direitos fundamentais e a ética na sociedade atual.** Barueri: Manole, 2005.
- RODRIGUES, Neidson. **Educação: da formação humana à construção do sujeito ético.** *Campinas: Rev. Educação e Sociedade*, v.22, n. 76, 2001, p.232-257.
- ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio ou da Educação.** 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- SAPIENZA, Vitor. **Projeto de lei nº 613, de 2008.** São Paulo: Sala das Sessões, 11/9/2018.
- SILVEIRA, Renê José Trentin. **A filosofia vai à escola?: contribuição para a crítica do programa de filosofia para crianças de Matthew Lipman.** Campinas, SP: Autores Associados, 2001.
- SOUZA, Geraldo Lopes de. **Dialética e educação - Dialética e Violência – Dialética e Felicidade.** *Portal de Periódicos da UnB: Revista Sul-Americana de Filosofia e Educação*, n.1, 2003. ISSN 1679-8775.
- SOUSA, José Vieira de. **Ética e educação: que relação é esta?** Brasília: EDUnB, 2011.
- VÁSQUES, Adolfo Sanchez. **Ética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. ISBN 978-85-7430-656-8.